

## DIVISÃO OU MANUTENÇÃO DA UNIDADE MUNICIPAL? ENTRE A ORDEM E A CONTRAORDEM TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

**DIVISION OR MAINTENANCE OF THE MUNICIPAL UNIT? BETWEEN THE ORDER AND THE TERRITORIAL COUNTERMAND OF THE MUNICIPALITY OF DUQUE DE CAXIAS (RJ/BRAZIL)**

THIAGO COUTINHO SANTANA

Universidade Federal Fluminense  
tcs1986@gmail.com

**RESUMO.** O presente trabalho analisa uma tentativa frustrada de emancipação de dois distritos do município de Duque de Caxias, a saber: Xerém e Imbariê, que comporiam um novo município, cuja nomenclatura seria Imbariê. O município de Duque de Caxias está situado na região metropolitana do Rio de Janeiro, em particular na Baixada Fluminense, área marcada historicamente por inúmeros problemas socioeconômicos. Dotado de expressiva população e significativa pujança econômica desperta os mais variados tipos de interesse. Os referidos distritos apresentavam extensão territorial significativa, mas contavam com contingente demográfico reduzido em comparação aos outros distritos. Esse cenário associado ao pequeno número de atividades econômicas em um comparativo com os demais distritos (Campos Elíseos e Centro) despertou a atenção de atores políticos locais no sentido de iniciar um processo de diferenciação entre os distritos, a ponto de tornar corpo uma proposta de divisão de Duque de Caxias em dois municípios. A tentativa de emancipação em tela acontece num contexto marcado pela Constituição Federal de 1988, período notadamente favorável às divisões de municípios no Brasil, haja vista algumas mudanças significativas trazidas por ela. O caso desperta interesse investigativo, pois ao mesmo tempo em que se alinha a uma tendência nacional, está fortemente influenciado por peculiaridades políticas e geográficas locais. Um breve passeio pela história de Duque de Caxias nos mostra que suas origens são fortemente marcadas por movimentos separatistas, muito similares ao que se tornou foco desse artigo. Nesse sentido, procuramos entender como as similaridades históricas podem ajudar a explicar o processo de organização territorial do município, influenciando, em alguma medida, a forma como sua composição atual se apresenta. A partir desse arcabouço histórico básico, procuraremos apontar os motivos do fracasso desse movimento, analisar os discursos dos grupos políticos envolvidos na disputa, e perceber como a geografia foi utilizada para informar o território e difundir ideias favoráveis ou contrárias à emancipação. Buscamos ainda, entender como esse processo ocasionou mudanças de uso e/ou organização do espaço nos distritos de Duque de Caxias, e quais perspectivas deixou para a compreensão da geografia e da política da região. Visamos assim, contribuir com os estudos sobre municípios, e com a preservação e (re)descoberta da história da Baixada Fluminense, região que apresenta claras lacunas em sua memória, abrindo caminho para a produção de novos trabalhos que atentem para tais temáticas.

**PALAVRAS-CHAVE.** BAIXADA FLUMINENSE, DUQUE DE CAXIAS, MUNICÍPIO, SEPARATISMO.

**ABSTRACT.** The present study is an analysis of a failed attempt at emancipation married in two districts of the municipality of Duque de Caxias, namely: Xerém and Imbariê and would constitute a new municipality, whose nomenclature would Imbariê. Duque de Caxias is located in the metropolitan region of Rio de Janeiro, in particular, in the Baixada Fluminense, historically marked by numerous socioeconomic problems area, but the city, the large population and significant economic power awakens all kinds of interest. Those districts have significant territorial extension, but relied on low population quota and few economic activities compared to the other districts of the city (and Elysian Fields Center), which caught the attention of local political actors to initiate a process of differentiation between areas about to become reality splitting into two municipalities. The attempt of emancipation on canvas, happens in a context marked by the 1988 constitution, notably favorable period divisions of municipalities in Brazil, seen some significant changes brought about by it. The case brings up issues of scale, arousing curiosity because while it aligns with a national trend, is strongly influenced by local political and geographical peculiarities. A brief walk through the history of Duque de Caxias shows us that its origins are strongly marked by very similar to what has become focus of this research separatist movements. In this sense, we seek to understand how historical similarities can help us understand the process of territorial organization of the county, influenced to some extent on how its current composition is presented. From this basic historical framework, seek to understand the reasons for the failure

of this movement, analyze the speeches of the political groups involved in the dispute, and understand how geography is used to inform planning and to disseminate ideas and against emancipation. We seek to further understand how this whole process has brought about changes of use and organization of space in every district of Duque de Caxias, and what prospects left for understanding the geography and politics of the region. We aim thus to contribute to the study of the municipalities and the region, paving the way for the development of new and vigorous jobs that pay attention to such issues.

**KEYWORDS.** BAIXADA FLUMINENSE, DUQUE DE CAXIAS, COUNTRY, SEPARATISM.

## INTRODUÇÃO

A dinâmica territorial brasileira no final da década de 1980 foi marcada por uma espécie de “propensão à divisão municipal”. Muitos novos municípios foram criados a partir de diversos interesses locais, articulados àquela onda separatista que tomou o país. Na Baixada Fluminense, o processo se repetiu de modo intenso, como se verificou em Duque de Caxias. Logo no início da década de 1990, tal localidade se viu sob “ameaça” de um movimento de emancipação de dois dos seus distritos (Xerém e Imbariê). O movimento tinha por finalidade a formação um novo município, Imbariê (doravante, Novo Imbariê), que incluiria esses dois distritos.

Naquele período, o debate acerca de uma onda de municípios recém criados ganhou a mídia, com defesas entusiasmadas dos dois lados da questão, tanto aqueles que eram favoráveis às divisões, quanto os grupos contrários. No cenário atual, após um período de aparente esvaziamento desse debate, percebe-se uma retomada do assunto. Nesse contexto, observamos que as vozes em defesa da criação de municípios se valem de argumentos relacionados a melhorias nos aspectos sociais conseguidos pelos novos municípios criados na esteira da Constituição de 1988, embora parte dos estudos que discorram sobre o tema aponte para uma ineficiência econômica, da maioria dos novos municípios criados, (re)instaurando em certa medida a polêmica que sempre foi traço marcante dessa temática, a qual pretendemos analisar no presente trabalho.

Segundo grande parte da literatura sobre o fenômeno das divisões territoriais da década de noventa, pode-se afirmar que o referido “boom” de emancipações se inseriu num contexto facilitado pela Constituição Federal de 1988, que elevou os municípios à condição de entes federativos, participando assim no produto de arrecadação de impostos da União e de Estados, reforçando e/ou concedendo uma significativa prerrogativa de autonomia para esse nível de administração.

A descentralização oriunda do federalismo municipal promoveu o crescimento significativo de recursos fiscais destinados aos municípios. Somado a esse fato, a Constituição Cidadã previa a criação de uma lei complementar estadual para a escolha dos critérios que permitissem a criação de novos municípios, deixando esse papel a cargo das assembleias legislativas. Assim, criou-se um estímulo quase que imediato e “irresistível” à formação de novos municípios. Essa hipótese pouco virtuosa terminaria por desembocar na criação de municípios minúsculos e ineficientes, de interesse apenas de elites políticas que viam na criação de novas máquinas públicas a possibilidade de aumentar seus “ganhos”, em diversos sentidos. Cenário que se convencionou chamar de “indústria dos municípios, e que ganha corpo ao verificarmos os estudos de Magalhães (2007), baseado em dados do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) que apontam no período entre 1984-2000 a “instalação” de 1.405 municípios, dos quais, 94,5% contavam com menos de 20.000 habitantes.

No momento atual, o debate voltou à tona, fruto de uma proposta que tramita no congresso nacional, versando sobre a elaboração de uma lei complementar federal, que permitiria a emancipação de um quantitativo considerável de municípios. Esse assunto e possíveis propostas de inibição às divisões municipais na atualidade remontam de certo modo ao ano de 1996, quando buscando inibir tal processo, iniciado com a Constituição de 1988, uma proposta de emenda à constituição (n° 15) foi aprovada, e desde então está previsto que as emancipações fossem somente retomadas quando da criação de uma lei federal complementar que regulamentaria os critérios para a criação de novas cidades. Essa prerrogativa foi responsável por um longo período de escassez de emancipações, visto que entre 1988 a 1996 não havia qualquer regulação federal que uniformizasse os critérios para tal. Isso permitiu que algumas assembleias legislativas estaduais fossem extremamente benevolentes com os movimentos emancipatórios, gerando números espantosos, como o exemplo do estado do Maranhão, onde somente na década de 90 criaram-se 81 novos municípios.<sup>1</sup>

O processo de divisão se verificou de formas distintas, entre elas está o despertar de antigos separatismos movidos por questões culturais, territoriais e, conseqüentemente, identitárias de fato. Nessa linha, o geógrafo Ricardo Simões, analisa os movimentos da Baixada Fluminense. Para o autor, tais movimentos apresentam justificativas socioeconômicas evidentes.

( ) os processos de emancipações da Baixada Fluminense são resultado de um intenso processo de diferenciação, comandado pela dinâmica econômica, entre os diversos subspaços da região. (SIMÕES, 2006, p. 20).

Simões se mostra favorável aos movimentos constituídos na Baixada no período analisado, os legitimando sob a ótica da diferenciação econômica dentre outras possíveis motivações. Tal posicionamento se mostra uma tendência ao verificarmos trabalhos pautados na escala local em contraponto àqueles que pensam as emancipações sob a ótica da escala nacional. Nesse sentido nos alinhamos a CIGOLINI (2009), que nos traz essa perspectiva em análise de produções de outros autores.

Cigolini afirma que a Constituição Federal de 1988 proporciona um grau de autonomia considerável aos nossos municípios, que estão entre os mais autônomos do mundo. Nesse sentido, cada município criado no Brasil é parte integrante do estado e como tal, cada novo município significa um “aumento do estado”. O que em certa medida vai de encontro aos interesses do modelo neoliberal implantado no Brasil durante os anos 1990. Podendo inclusive ser uma das justificativas para a emenda n° 15, responsável por “travar” esse crescimento desenfreado do estado via emancipações municipais.

Em termos territoriais, a criação dos municípios significaria uma reestruturação em âmbito local, visto que o município possui como elemento fundante o próprio território. Cabe ressaltar que perante as múltiplas possibilidades estabelecidas pelo conceito de território, atuaremos nos alinhando à Haesbaert (2011), que define o conceito pelo viés da política nos seguintes termos:

<sup>1</sup> Fonte: <<http://www.itevaldo.com/2011/04/sobre-a-criacao-de-novos-municipios/blogdoitevaldo>> (Texto de José Murad Filho).

Território é um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. (HAESBAERT, 2011, p. 40)

Ainda sob o viés conceitual, pensamos o caso de Duque de Caxias como exemplar para o entendimento de que as práticas espaciais são, de fato, decisivas para o ordenamento territorial do município. Para tal, adotamos como preceito a seguinte concepção de ordenamento:

Cabe lembrar, a ideia de ordenamento não se restringe a seu sentido lato, qual seja: colocar em ordem o mundo da vida com a instrumentalização do território, mas, sim, a outro modelo de pensar e realizar as contraordens: ato que envolve a reprodução social e suas múltiplas dimensões, desde sua base físico-ecológica até as representações construídas sobre o espaço, com base nos conflitos sociais, abrangendo desde as práticas culturais e políticas aos condicionantes econômicos e históricos. (BARBOSA & LIMONAD, 2012, p. 9)

Partindo desse princípio, entendemos que naquele momento histórico havia uma tendência que apontava para o caminho da divisão municipal, vide os exemplos bem sucedidos que cercavam Duque de Caxias, todavia, por uma conjunção de fatores, este faz de seu espaço uma contraordem, adotando um caminho diferente do que seria o previsível, permeado de motivações de cunho geográfico, as quais pretendemos esclarecer ao longo do trabalho.

A princípio, poderíamos pensar a tentativa de emancipação de Imbariê e Xerém, e nos congêneres, como mais um exemplo de emancipação, organizado por lideranças políticas insatisfeitas, objetivando mais poder, visando à redistribuição de recursos públicos, garantidos pelos fundos municipais. De fato, não descartamos essa hipótese, todavia o caso do município de Duque de Caxias possui peculiaridades que o distanciam dos demais, como veremos adiante.

Nesse sentido, percebemos que embora a atuação do Estado, via reorganização do pacto federativo, por exemplo, seja uma condição necessária para explicar a proliferação e aceleração de movimentos em direção à criação de novos municípios, não é suficiente para compreender por que alguns movimentos ganham força e são ultimados enquanto outros perecem. Para analisar a questão da frustrada divisão municipal de Duque de Caxias em sua complexidade, é preciso levar em consideração o fato de os movimentos de emancipação nascerem por certo também de interesses locais, isto é, de movimentos específicos ocorridos no seu interior, nos “embriões separatistas”. Que forças são estas, quais seus interesses, argumentos, formas de atuação, estratégias, e como tais movimentos articulam-se e alinham-se a outros, em diferentes escalas constituem questões de nossa investigação. Sendo assim traçamos como objetivo central a busca por respostas que justifiquem o fracasso do movimento emancipacionista de Imbariê e Xerém. E nessa linha, priorizaremos a análise das estratégias utilizadas pelos dois lados do conflito político em que se transformou esse episódio, mostrando o papel dos argumentos geográficos no desfecho do caso, num duelo entre ordem e contraordem no espaço de Duque de Caxias. O caso de Duque de Caxias é duplamente interessante. Em primeiro lugar, porque encaminhou-se na contramão da tendência “fragmentadora”. O município não foi desmembrado como queriam seus idealizadores. Em segundo lugar, pelo modo através do qual a tentativa de “secessão” foi interrompida.

O temor de uma possível emancipação impulsionou ações de autoridades locais no sentido de evitá-la, dentre as quais, destacamos o deslocamento da sede da prefeitura. Esta foi transferida do primeiro distrito de Duque de Caxias “rumo” ao bairro de Jardim Primavera, situado no centro geográfico do município.

Com discursos recheados de imagens da velha geopolítica com referências a Brasília e à necessidade de descentralização do poder político e dos recursos de maneira equitativa, um naipe de políticos caxienses obteve sucesso em impedir a separação dos distritos “rebeldes”, utilizando para tal o conceito de posição geográfica. Embora o processo de emancipação não tenha ido a termo, consideramos que uma nova era para a compreensão da geografia política de Duque de Caxias tenha sido inaugurada.

O processo por si só, independentemente do seu epílogo, desencadeou uma série de reordenamentos territoriais e impactos socioeconômicos sobre o município, como a valorização de alguns distritos e o declínio de outros. Implicando uma nova dinâmica urbana, e, conseqüentemente, um reordenamento territorial.

A transferência da sede da administração municipal, por exemplo, medida emergencial tomada pela prefeitura de Duque de Caxias para frear as novas emancipações, deixou sequelas espaciais significativas. Entre as quais, destaca-se o crescimento urbano, com a valorização das áreas que recebem novos equipamentos, através do fenômeno da especulação imobiliária, trazendo a reboque um forte processo de segregação socioespacial, impactando, sobretudo, as populações mais pobres que habitavam áreas próximas, anteriores à instalação da “nova prefeitura”.

Em jogo, estavam vários fatores, tais como inauguração de uma nova máquina pública e disputas político-partidárias, representadas por oligarquias tradicionais na região, e possivelmente pela lucratividade oriunda da presença da REDUC (Refinaria de Duque de Caxias), ou seja, pelo destino final dos royalties do petróleo.

O presente artigo dedicou-se à análise desse processo de emancipação frustrado e seus desdobramentos “territoriais”. Quanto aos discursos, interesses e justificativas, procuramos avaliar a importância dos conceitos caros à geografia nos argumentos utilizados nos debates ocorridos durante o episódio de tentativa de emancipação.

Nas suas linhas mestras, tal temática se inscreve nos quadros da geografia política. Essa, nos seus primórdios, propunha perceber como a geografia determinava a política. Em nosso trabalho, sintonizados com atualizações desse campo de conhecimento, buscamos mostrar como a política informou a organização do território, criou ou dissolveu fronteiras, uniu e separou territórios.

## **A ONDA EMANCIPACIONISTA PÓS 1988 E O NOVO IMBARIÊ**

Os anos de 1990 e 1991 marcam a história política recente de Duque de Caxias, entrando para a galeria dos momentos importantes do município. Isso se deve a dois fatos. O primeiro deles ocorre com a saída de Hydekel de Freitas (PFL) da prefeitura para assumir uma cadeira no senado federal, aberta pela morte do senador Afonso Arinos (PFL). Prefeito eleito para o mandato que deveria compreender o período entre 1988-1992, Hydekel de Freitas (PPB), político tradicional dispôs de muito poder e respeitabilidade na região. O fato de ser genro de Tenório Cavalcanti lhe conferiu uma força política ainda maior se considerarmos que a Baixada Fluminense, reflexo do



país, tem na personificação da figura do político algo mais importante do que a sigla ou ideologia partidária defendida por ele.

Hydekel dispunha de apoio do governo estadual, comandado à época por Moreira Franco (PMDB) e conseguiu junto a este vultosas quantias a título de empréstimos para investimentos na cidade. Todavia a maior parte dos referidos investimentos se concentrava no primeiro distrito (Duque de Caxias), fato que suscitava duras críticas por parte da oposição na Câmara, e um dos principais argumentos utilizados pelas forças separatistas para justificar o que chama de “necessidade” de criação de um novo município. Ao deixar a prefeitura, Hydekel abriu espaço para o até então mero coadjuvante, José Carlos Lacerda (PPR), assumisse o poder e herdasse os problemas iminentes no comando da cidade. Vice na chapa de Hydekel, José Carlos Lacerda, empresário local, era considerado por muitos políticos da época como “inexpressivo”. Provavelmente tal percepção, se sustentava no contraste com a envergadura política de Hydekel.

Segundo relatos<sup>2</sup> de pessoas influentes que conviveram com Hydekel na época, o próprio prefeito não tinha total confiança em Lacerda, a ponto de viver um dilema antes da opção pela renúncia. Fato que aconteceu mais de uma vez no curto período em que cumpriu seu mandato tendo o empresário como vice. Lacerda, figura considerada aparentemente “decorativa”, surgiu como fruto da coligação que se apresentou no momento da disputa eleitoral, na busca por mais tempo de exposição nos meios de comunicação e recursos para execução das atividades de campanha. Estiveram ao lado de Hydekel e de seu vice nesse período outras forças políticas marcantes na história política da cidade, que também se destacavam pelo carisma e influenciaram na eleição de Hydekel. Figuras como os ex-prefeitos e deputados Juberlan de Oliveira e Moacyr do Carmo.

Após a opção de Hydekel pelo congresso, aproveitando-se da fragilidade política gerada pela saída do mandatário da cidade, o grupo opositor, associado às lideranças com currais eleitorais estabelecidos em Xerém e Imbariê julga ter em mãos a oportunidade perfeita para tentar a emancipação desses distritos. Sempre fundamentados pelos argumentos expostos no projeto do deputado Silvério e reforçados pela onda emancipacionista pós-constituição de 1988.

Essa tentativa de emancipação do terceiro e quarto distritos para a formação do “Novo Imbariê” causou furor na política Caxiense. A partir de então, instalou-se um intenso debate com a participação de diversos atores políticos de destaque na região. Os líderes do movimento emancipacionista passaram a enumerar uma série de fatores de modo a justificar a formação de um novo município. Em sentido contrário, buscando barrar a fragmentação, forças de diversos matizes político-partidários também se fizeram ouvir. Cabe ressaltar que algumas em apoio à figura maior da situação, o prefeito da ocasião, José Carlos Lacerda, mas outras não.

No âmbito das iniciativas que buscaram formalizar o desmembramento de Duque de Caxias destacamos o projeto do deputado Silvério do Espírito Santo (PMDB). Tal político encarregou-se de encaminhar ao então presidente da ALERJ, deputado Eduardo Chuahy (PDT), documentação solicitando a organização de um plebiscito. Meio através do qual a população local deveria ser consultada a respeito da formação de um novo município. Já na esfera daqueles não alinhados com a aventura separatista apontamos a “campanha” de um vereador do PDT, que terminou ganhando muita notoriedade em meio a esse processo. Nos referimos ao vereador, Abdul Haikal.

<sup>2</sup> Fonte: Blog do jornalista Alberto Marques. <<http://pedacosdanossahistoria.blogspot.com.br/2011/09/tarde-com-historia.html>>

Personagem controverso na política da cidade, tido como polêmico por algumas propostas e visto com maus olhos por alguns “colegas” de mandato por sua postura combativa e contrária a presença de vereadores menos “letrados” na câmara.

Vários desses argumentos, de um lado e de outro, advogando ou rechaçando o separatismo, estiveram expostos nos jornais, televisões e outros meios de comunicação e ganharam a mídia como veremos no quadro a seguir.

### Quadro sistematizador de argumentos sobre a emancipação de Imbariê

FAVORÁVEIS	CONTRÁRIOS
Abandono da região por parte das autoridades.	Negação do abandono e argumentação de que uma separação promoveria redução brusca nas receitas do município.
Concentração dos recursos no 1° e 2° distritos.	Formulação da lei orgânica com previsão de distribuição equitativa de recursos pelos distritos. Argumentação de que o novo município seria inviável economicamente, dependente de verbas federais, o que prejudicaria a população local.
Distância da sede da prefeitura em relação ao 3° e 4° distritos.	A emancipação seria de interesse meramente político, e comporia o papel de “cabide de empregos” na área separatista.
Diferentes identidades culturais entre os distritos separatistas e os demais distritos.	Contrariedade à divisão dos distritos por identidades culturais, afirmando a existência de diversidade pela estrutura populacional composta essencialmente por imigrantes.
Aumento da arrecadação de recursos em caso de emancipação, associada a um melhor direcionamento dos investimentos para o local, considerado “abandonado”.	Argumento de que naquele momento a cidade estava se adaptando à nova configuração econômica fornecida pela Constituição Federal e que naturalmente haveria um acréscimo de recursos e melhorias na área separatista, sendo desnecessária e temerária a emancipação.
Existência de uma infraestrutura prévia e potencial de crescimento em Xerém e Imbariê.	A emancipação seria calcada apenas na busca de mais poder por parte de uma elite do município e criaria um novo município deficitário.
Diferenciação nítida na dinâmica econômica dos distritos separatistas em relação aos demais.	Temor pela emergência de um movimento similar no distrito de Campos Elíseos, e acusações de um possível golpe para incluir o distrito no processo.
Ideia de que um prefeito empreendedor poderia dinamizar a economia da Nova Imbariê.	Coincidência com o período de criação da lei orgânica do município, e existência de um artigo que deveria promover a centralização geográfica da sede da prefeitura, de modo a torná-la equidistante entre todos os distritos, sendo desnecessária a emancipação.

Apresentados os principais tópicos do discurso separatista, iniciaremos aqui algumas análises sobre o mesmo. Em nossa interpretação, percebe-se claramente o intuito de trabalhar o conceito de identidade, sobretudo no momento em que o texto do projeto “Imbariê” ressalta que a região tem habitantes de várias classes profissionais, aliadas a um grande número de lavradores denotando uma clara diferenciação em relação aos outros distritos. Podemos conceber nessa argumentação uma possível tentativa de construção da identidade a partir da premissa da diferenciação, visto que os demais distritos não contavam com esse tipo de atividade, ou a apresentavam em escala reduzida, de distribuição rarefeita. No mesmo trecho os autores destacam que todas as classes de profissionais habitantes da região estavam imbuídas da ideia de que só a emancipação permitiria o desenvolvimento da região, o que buscavam referendar ao apresentar um abaixo-assinado.

Na busca por um embasamento teórico sólido que sustente nossa argumentação, atentamos para o fato de que as identidades são criadas por grupos ou indivíduos, e estas acabam por servir de modo geral, para distingui-los ou mesmo “fazer frente” ao outro. Nos escritos de Silva (2000) a identidade é aquilo que se é, enquanto a diferença aparece naquilo que não se é, apresentando

ambas uma estreita dependência. Nessa perspectiva apontam-se identidade e diferença como coisas que já existem, aparecendo como positividade ou negação. Silva nos apresenta em seu discurso, identidade e diferença como mutuamente determinadas. Nesse caso a diferença viria em primeiro lugar, considerando-a como processo pelo qual tanto a identidade, quanto a diferença (compreendida, segundo ele, como resultado) são produzidas. Assim, entendemos que toda identidade é produzida, e seu processo de produção pode se dar de diferentes maneiras, a partir de vários prismas, que vão desde marcos materiais até aqueles mais simbólicos/imateriais.

Em Silva (2000) a origem da criação/produção das identidades remete a linguagem, visto que na concepção do autor os elementos lingüísticos só adquirem valor mediante comparação, diferenciação, perante outros elementos. A identidade seria então uma criação da linguagem no momento em que se negam outros elementos lingüísticos associados, diferenciando-a de qualquer relação de natureza, como algo já dado, ou a priori.

Analisando a documentação cedida pelo vereador Abdul Haikal, composta por muitos jornais partidários, periódicos caxienses e alguns de maior circulação, podemos observar claramente um discurso extremamente personalista, individualista e até certo ponto, populista. Não mais “Tenório Cavalcanti”, mas um tom típico do Brizolismo vigente no PDT a época. O discurso do vereador valorizava a si próprio, sua coragem e atitude.

Abdul buscou refúgio em pesquisas encomendadas a técnicos da UFRJ e economistas de outras instituições de prestígio, valorizando o conhecimento científico em detrimento do conhecimento comum. Dentre os argumentos utilizados por Abdul havia um, uma espécie de carro-chefe, a saber, a transferência da sede da prefeitura para o centro geográfico de Caxias. Segundo o político, melhor forma de minorar as disparidades econômicas sociais e políticas entre os diferentes distritos do município de Duque de Caxias. Assim em meio ao debate, Abdul propôs emendar a lei orgânica do município. Esse dispositivo previa a transferência da sede da prefeitura para o “centro geográfico” do município.

Aprovada pelo legislativo, a emenda garantiu a transferência da sede da administração municipal para o bairro de Jardim Primavera, situado no distrito de Campos Elíseos. Realizada às pressas em maio de 1991, em meio a denúncias de que o prédio que recebeu a sede provisória era de propriedade do próprio prefeito José Carlos Lacerda, que teria utilizado “testas de ferro” para legalizar a propriedade.

Ainda no que tange a atuação do vereador Abdul, destaca-se outra emenda, o artigo 140, parágrafo terceiro da mesma lei, obrigando o investimento proporcional dos recursos da prefeitura de acordo com os distritos. Tal emenda aplacaria de certa maneira aos anseios expostos pelo movimento emancipacionista, desqualificando mais um dos argumentos amplamente utilizados pelos separatistas ao tornar equânime a distribuição dos recursos no município. Convém ressaltar que tal distribuição talvez se encaixe na condição tipicamente brasileira de “lei que não pegou”.

Dessa forma, nosso personagem, fez uma espécie de jogo duplo. Foi ao encontro do discurso emancipacionista endossando o descaso e o abandono dos distritos mais afastados. Ao mesmo tempo alinhou-se aos situacionistas quando esses afirmaram que a fragmentação municipal representaria o enfraquecimento dos dois municípios, tanto o novo a ser criado, quanto os distritos remanescentes. Ao adotar essa postura de isenção Abdul pavimentou a sua própria carreira na política. E a vitória dos grupos contrários à emancipação.



No imbróglio acima relatado salta aos olhos a força do argumento “geográfico”. Em nossa concepção aquele que utiliza o espaço como uma espécie de metáfora. Abdul soube manejar com habilidade esse tipo de argumento a favor de sua causa. Utilizou como mestre alguns símbolos espaciais. Ganhou na política, com a geografia.

Sob esse prisma, analisamos a seguinte contribuição:

O espaço é, pois, tensão. Tensão estrutural (MOREIRA, 1997), originária das oposições criadas pelos princípios da localização e distribuição no ato da seletividade. Referido a um ponto do território, o princípio da localização significa o olhar da centralidade. Referido a uma multiplicidade de pontos, o princípio da distribuição significa o olhar da alteridade. (MOREYRA, 2013)

Nessa análise, Moreira (2013) nos remete ao caso de Duque de Caxias duplamente, quando pensamos na localização sob o olhar da centralidade, entendemos que a definição do ponto no qual se localiza a sede de uma administração municipal pode ser encarada como centralidade, e no entender dos separatistas o fato de a sede estar situada no 1º distrito indicaria que a centralidade do município era definida priorizando os distritos mais ricos e populosos. Sendo assim, a proposta do vereador Abdul Haikal, de levar a sede para o “centro geográfico” do município, cria uma nova centralidade na essência e reforça o argumento geográfico existente nos discursos dos envolvidos nessa questão. Ao passo que com essa mudança associada a uma redistribuição das secretarias pelos distritos, e sobretudo, pela emenda da divisão equânime dos recursos pelos distritos, podemos pensar numa referência ao olhar da alteridade, fruto de toda tensão que se instalou no município naquele momento histórico

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de considerações finais, pode-se ratificar que as causas da manutenção da unidade de Duque de Caxias perpassam pela reduzida mobilização promovida pelas lideranças dos distritos de Imbariê e Xerém, associada às ações promovidas pelo então prefeito José Carlos Lacerda e seus partidários. Excetuando-se os principais envolvidos, os demais líderes do município não aparentavam muito interesse na constituição de uma nova cidade.

Nesse sentido, ressaltamos que o Novo Imbariê não se concretizou devido a um somatório de fatores, que vão desde sua pequena população e expressão - apesar do grande espaço físico - passam pela ausência de mobilização das classes populares, e deságuam na força política insuficiente do grupo separatista diante da situação na época do plebiscito. Esse conjunto de eventos contribuiu para a anulação do pleito por falta de quórum.

Dois aspectos teóricos chamam atenção por sua relação com o empírico observado ao longo da pesquisa. São eles: a não definição de uma identidade própria de Xerém e Imbariê que fossem capazes de justificar de modo imaterial a criação de um novo município, bem como a reduzida acumulação de recursos dos dois distritos, caracterizados por funções essencialmente rurais e de serviços de pouca complexidade, insuficientes para formar uma nova cidade. No tocante à questão identitária, entendemos que havia de fato uma significativa distinção entre os distritos, todavia a questão de escala foi preponderante para que apesar da nítida diferenciação, sobretudo econômica,

**FIGURA 1** - Mapa distrital de Duque de Caxias

Antiga sede da PMDC (Prefeitura Municipal de Duque de Caxias)

Nova sede da PMDC (Prefeitura Municipal de Duque de Caxias)

fosse inviável conceber a criação de uma identidade que abarcasse Xerém e Imbariê e desse maior representatividade ao movimento. Em nosso entender, talvez a identidade pudesse ser constituída numa escala micro, compondo apenas um dos distritos, ou até mesmo ultrapassando os limites do município, revivendo o antigo município de estrela, como citado ao longo do texto, visto que este sim apresentaria um apelo maior no campo do simbólico. Dessa forma, entendemos que a não formação de uma identidade do Novo Imbariê constitui-se em uma das principais causas do fracasso do movimento.

Já no que se refere à questão de acumulação econômica, analisamos o movimento sob o viés da seguinte contribuição:

O surgimento das cidades está intimamente ligado a duas pré-condições: a existência de um excedente econômico que pode ser acumulado e o surgimento de uma estrutura de classes que determina quem administrará e/ou se apropriará desse excedente. (SINGER, 1971, SJOBERG, 1965 *apud* SIMÕES, 2000).

Em nosso entender, a estrutura de classes do Novo Imbariê poderia estar definida, e certamente não fugiria muito daquilo que se tinha em Duque de Caxias. Todavia, o excedente econômico não seria suficiente para justificar a criação de mais um município, que certamente dependeria de repasses do governo federal a partir de recursos como o FPM (Fundo de participação dos municípios)

Em relação à geopolítica da Baixada Fluminense, é evidente, pela forma como o caso foi conduzido, que não há espaço para “pricipiantes” onde velhas práticas se perpetuam e aspectos como carisma e clientelismo ajudam a formar currais eleitorais, geograficamente espalhados por municípios como Duque de Caxias. Ressaltamos que o caso abordado nessa dissertação nos despertou interesse peculiar em função do uso de argumentos geográficos pelos dois lados envolvidos no embate separatista, sendo preponderante para a execução de uma contraordem no território Caxiense.

Para encerrar o presente artigo, apresentamos o mapa que ilustra a divisão dos distritos de Duque de Caxias, com destaque para o posicionamento das sedes da administração municipal de acordo com os momentos históricos descritos neste trabalho, referendando o argumento geográfico e as práticas espaciais que permearam nossa análise até aqui.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, J.L., LIMONAD, E. (orgs.) *Ordenamento territorial e ambiental*. Niterói, EDUFF, 2012.
- CASTRO, Iná Elias. *Geografia e Política. Território, escalas de ação instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Território do Estado: Divisão ou Fragmentação? Argumentos para um debate necessário*.
- CIGOLINI, Adilar Antonio. *TERRITÓRIO E CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO BRASIL Uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço*. Tese de doutorado, UFSC, 2009.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ed. Ática, 1999. 85 p. Série Princípios.
- \_\_\_\_\_. Espaço, conceito-chave. In: Castro, I et. al. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: B. Brasil, 1995.
- GALINARI, Tiago Nogueira. *Emancipação municipal no Rio de Janeiro: discursos, interesses e (re)ordenamento territorial*. (Releitura Crítica, doutorado, UFF, 2014)
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 6ª ed.
- MAGALHÃES, João Carlos. *Emancipação Político-Administrativa de municípios no Brasil*. In: Dinâmica dos municípios: IPEA 2007.
- MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico* – São Paulo: Contexto, 2013.
- NORONHA, R. *Criação de novos municípios: o processo ameaçado*. Revista de administração municipal, Rio de Janeiro, v.43, n.219, p.110-117, abr./dez. 1996.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da USP, 2004.
- SILVA, Helenita Maria Beserra da. *A emancipação política do município de Duque De Caxias*, in: Revista Pílares da História, Ano II – Número 03 – dezembro de 2003.

- SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense* / Mesquita: ed. Entorno, 2000.
- SINGER, Paul Israel. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1971.
- SJOBERG, Gideon. *Origem e evolução das cidades*. In: DAVIS, Kingsley (org.) 1965.